

SUMÁRIO

Apresentação	11
--------------------	----

INTRODUÇÃO, 19

1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 23

1.1. Improbidade administrativa X Princípios e valores constitucionais	23
1.2. Breve histórico da tutela da probidade administrativa no Brasil	29
1.3. Tutela da probidade administrativa na Constituição Federal de 1988 – § 4º do art. 37	32
1.4. Lei n. 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa ..	33
1.5. Lei n. 8.429/92 e o sistema do processo civil coletivo	37

2. SENTENÇA, 41

2.1. Conceito e Conteúdo	41
2.2. Sentença judicial na visão da instrumentalidade do processo	46
2.3. Classificação das sentenças	49
2.4. Efeitos da sentença	55
2.5. Capítulos de sentença	60

3. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA NA AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 63

3.1. Bem jurídico tutelado: probidade administrativa	63
3.2. Atos de improbidade administrativa	67
3.2.1. Atos de improbidade que importem em enriquecimento ilícito	68
3.2.2. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário	72
3.2.3. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública	75

3.3. Sujeitos dos atos de improbidade administrativa	80
3.3.1. Agentes políticos – sujeitos ativos de improbidade na Lei 8.429/92	86
3.4. Responsabilidade subjetiva pelos atos de improbidade administrativa	90
3.4.1. Responsabilidade por culpa dos agentes políticos ...	97
3.4.2. Responsabilidade subjetiva ou objetiva por atos de improbidade administrativa ambiental?	99
3.5. Sanções do artigo 12 da Lei n. 8.429/92	108
3.5.1. Natureza das sanções e a inexistência de foro privilegiado para o julgamento e aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa	110
3.5.2. Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio	119
3.5.3. Ressarcimento integral do dano	122
3.5.3.1. O dano material ao patrimônio público pode ser presumido ou deve ser provado?	127
3.5.3.2. Ressarcimento do dano moral	129
3.5.4. Perda da função pública	132
3.5.4.1. Perda do cargo público vitalício ou do mandato eletivo de agentes políticos	134
3.5.5. Suspensão dos direitos políticos	135
3.5.6. Pagamento de multa	138
3.5.7. Proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios	139
3.6. Pluralidade de atos de improbidade ou conduta com subsunção a mais de um tipo da Lei n. 8.429/92 – Critérios para a fixação das sanções	140

4. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A RELAÇÃO COM OUTRAS LEIS, 145

4.1. Relação entre as ações de improbidade administrativa, popular e civil pública	145
---	-----

4.2. Atos de improbidade previstos em diversas normas – múltipla incidência.....	157
4.2.1. Atos de improbidade administrativa e crimes de responsabilidade	158
4.2.2. Atos de improbidade administrativa na Lei de Responsabilidade Fiscal	161
4.2.3. Atos de improbidade administrativa no Estatuto da Cidade	162
4.3. Efeitos de sentença penal condenatória na ação civil de improbidade administrativa	164
5. PROPORCIONALIDADE, RAZOABILIDADE E CONGRUÊNCIA NA APLICAÇÃO DA LEI N. 8.429/92, 171	
5.1. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade	171
5.1.1. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na tipificação do ato de improbidade	178
5.1.2. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na cumulação e na gradação das sanções	184
5.1.3. Aplicação das sanções da Lei n. 8.429/92 pelos tribunais, à luz da proporcionalidade e da razoabilidade	188
5.2. Princípio da congruência ou da correlação entre pedido e sentença	193
6. EFEITOS DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 203	
6.1. Capítulos da sentença de procedência na ação de improbidade	203
6.2. Repercussão da divisão da sentença de procedência em capítulos	207
6.3. Efeitos do litisconsórcio	210

6.4. Efeitos da sentença condenatória à improbidade que ocorrem somente após o trânsito em julgado	218
6.5. Efeitos imediatos da sentença condenatória à improbidade	222
7. EFETIVIDADE DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA NA AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 235	
7.1. Tutelas de urgência na Lei n. 8.429/92 – cautelares e antecipação dos efeitos da tutela	241
7.1.1. Indisponibilidade de bens	248
7.1.2. Seqüestro de bens	259
7.1.3. Bloqueio de bens ou ativos financeiros mantidos no exterior – A necessária cooperação jurídica internacional	263
7.1.4. Afastamento temporário do agente público do exercício de cargo, emprego ou função	271
7.2. Cabimento da antecipação dos efeitos da tutela na ação de improbidade	279
7.3. Responsabilidade do requerente da medida cautelar ou da antecipação dos efeitos da tutela	284
8. COISA JULGADA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 287	
CONCLUSÕES, 295	
BIBLIOGRAFIA, 301	